

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Trajetória da Burocracia Educacional: recrutamento e recursos de poder

Autora: Waldirene Bellardo

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

O presente estudo, denominado “Trajetória da burocracia educacional: recrutamento e recursos de poder” investiga, na esfera da politic, quem são os burocratas que ocupam os cargos e funções de livre nomeação na administração pública municipal, em seus diferentes níveis hierárquicos de atuação. A metodologia incluiu dados diretos da administração municipal (Regimento Interno, legislações, organograma, documentos) concomitante à coleta de dados referentes à carreira dos profissionais investigados, especialmente no que tange à trajetória no magistério público municipal. A análise empírica foi balizada pelos pressupostos teóricos da obra de Weber, a qual subsidiou o debate acerca da administração burocrática e do ethos que distingue os papéis dos dois atores internos ao aparelho de Estado: o político e o burocrata. Não obstante, os tensionamentos entre estes atores exigiu uma ampliação do quadro teórico, incorporando ao diálogo com Weber (1971, 1986, 1994, 2004, 2013), as obras de Wahrlich (1974, 1983, 1984), Schneider (1994, 1995), Peters (1987), Olivieri (2002, 2007), Moe (1983, 1990), Merton (1970), Martins (1997), Lipsky (1980), Lindblom (1981), Levin (2005), Lane (1993), Graham (1968), Geddes (1990, 1994), Evans (1979, 1993, 1999), Crozier (1964), Bonis e Pacheco (2010), Bendix (1986), Beetham (1988), Abrahamsson (1977), Abrucio e Loureiro (1999) e Aberbach, Putnam e Rockman (1981). Cabe ainda frisar que esta pesquisa tomará a burocracia como fenômeno de poder e a estrutura organizacional da administração pública como espaço de distribuição de poder. Considerando tais pressupostos, a escolha da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba como locus de investigação se deu por dois motivos: primeiramente pelo vínculo da pesquisadora e, por conseguinte, pelas condições de acesso aos dados e, em segundo lugar, pelo grau de institucionalização de uma secretaria municipal de grande porte. Com relação ao tema, há também pelo menos duas justificativas para sua escolha: a primeira refere-se à ausência de trabalhos nessa área e ao incipiente debate sobre a identidade e a trajetória da burocracia educacional; a segunda diz respeito à relevância da burocracia nas arenas decisórias do poder público, no processo de formulação e implementação das políticas educacionais. Em síntese, a pesquisa permitiu a caracterização de quatro perfis singulares dos servidores que assumem as funções públicas na administração educacional municipal, bem como a identificação dos recursos de poder por eles acessados. Entretanto, trata-se de um trabalho que apenas inicia a reflexão e o levantamento de dados empíricos sobre este objeto — praticamente inexplorado na educação. Nas considerações que fecham o trabalho, procura-se também apontar — ainda que sob a forma de hipóteses — as implicações que os mecanismos de livre nomeação podem exercer nas relações entre políticos e burocratas e nas gramáticas que circundam o aparelho de Estado.

Palavras-chave: Política Educacional, Burocracia, Poder, Politic, Educação.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Da proposição à materialização da gestão escolar: um estudo transversal entre nove casos

Autora: Marta Clediane Rodrigues Anciutti

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

O presente trabalho centra-se na análise da temática da gestão escolar, tendo como foco a materialização das formas de gestão democrática a partir dos elementos: Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Provimento dos Diretores, observando o Índice de Condições de Gestão (ICG) criado pelos pesquisadores do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Busca compreender os processos de significação e materialização do conceito de gestão democrática, por meio da relação entre o que indica o ICG com a exterioridade mediada pelos documentos e entrevistas que refletem as políticas das redes estaduais do Paraná, Sergipe e Minas Gerais, bem como nas redes municipais de Aracaju e Ilha das Flores (SE), Belo Horizonte e Cataguases (MG), Marmeleiro e Curitiba (PR), ou seja, em nove estudos de caso. Para isso, a metodologia utilizada é o cotejamento entre documentos e entrevistas, analisados a partir dos conceitos de gestão democrática apresentados na literatura da área, nos marcos legais e o diagnóstico do ICG. Assim sendo, o trabalho insere-se efetivamente na discussão sobre em que medida as formas de gestão se aproximam dos ideais democráticos e se configuram como condição para a qualidade da educação. No centro desse processo tem-se a compreensão de que a gestão escolar é uma realidade social e política, que permeiam o processo de escolha do diretor escolar, a constituição e organização dos conselhos escolares e a construção do Projeto Político Pedagógico que dão materialidade a norma constitucional da gestão democrática. Os resultados evidenciaram as políticas educacionais voltadas para a efetivação da gestão democrática na escola repercutem de forma que levam atores envolvidos na operacionalização das medidas legais e normativas, materializando-as, entretanto, ainda carece que os mecanismos relacionados às condições do exercício democrático participativo precisam ser mais estáveis, legitimando a ação social e político no fortalecimento da educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Gestão Escolar Democrática, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico, Provimento dos Diretores.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

O uso da estatística para fins de avaliação em políticas educacionais: um estudo a partir da pesquisa Talis (OCDE, 2009)

Autor: Robson Sipraki

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Rose Meri Trojan

Esse trabalho tem como objeto o uso da estatística como ferramenta utilizada nas pesquisas educacionais, tomando como foco central o emprego de medidas de tendência central e de dispersão na Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), realizada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de um estudo dos resultados apresentados pelo Brasil, no relatório publicado em 2009. O estudo busca demonstrar o modo de aplicação das medidas de tendência central e de dispersão na pesquisa, a fim de apontar a necessidade de averiguar a adequação ou inadequação das estatísticas utilizadas em pesquisas de larga escala, em âmbito mundial e nacional e dos impactos que poderão acarretar nas tomadas de decisão relacionadas às políticas educacionais. A definição do tema nasceu das necessidades geradas pela pesquisa *O aporte das pesquisas internacionais de avaliação do ensino e da aprendizagem na educação brasileira e as políticas públicas de formação e trabalho docente*, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Comparada de Políticas Educacionais (GEPEC). Esta investigação justifica-se pelo fato de a estatística se encontrar cada vez mais presente no âmbito da pesquisa em políticas educacionais. Estudar estas questões implica em entender o emprego da estatística no campo da educação, com a finalidade de medir a qualidade dos sistemas educativos e seus desempenhos. O objetivo é avaliar o uso de medidas de tendência central e de dispersão na pesquisa TALIS, com vistas a subsidiar a avaliação e implementação de políticas educacionais relacionadas às condições de trabalho docente. Os procedimentos metodológicos realizados nessa pesquisa tomam como ponto de partida um estudo teórico sobre as finalidades de pesquisas sobre avaliação de políticas educacionais que utilizam dados numéricos para compreender e avaliar a realidade da educação, bem como os fundamentos, conceitos e métodos da Estatística, que se coloca como uma das principais ferramentas.

Palavras-chave: políticas educacionais; avaliação de larga escala; estatística; TALIS.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná

Autor: Sérgio Ricardo Ferreira

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Educação com foco no Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pelo Ministério da Educação em 2009 com o objetivo de induzir as escolas a um novo desenho curricular e a ações de enfrentamento às elevadas taxas de abandono e reprovação na última etapa da Educação Básica. O Programa liberou recursos via FNDE/PDDE e as análises preliminares apresentaram a relação dos gastos e os Projetos de Reestruturação Curricular (PRCs) de 91 colégios públicos no estado do Paraná. O objetivo que norteou a pesquisa relacionou-se com o suporte financeiro do ProEMI concedido aos estabelecimentos de ensino que aderiram ao Programa e procurou saber se o mesmo foi suficiente para a indução da mudança curricular e práticas inovadoras. Para isso, como metodologia foram usadas entrevistas estruturadas com gestores, professores e sujeitos estudantes de duas escolas no Paraná, cujos gastos analisados por meio das prestações de contas mais se aproximaram ou distanciaram dos seus PRCs. Do trabalho realizado, concluiu-se que a implantação do Programa quanto à elaboração do PRC sofreu influência da SEED/PR com a proposição de atividades para as escolas selecionadas para ingressar no Programa, minimizando o envolvimento da comunidade escolar nas discussões e acompanhamento da política. O número de alunos atendidos pelo programa foi inferior ao delineado no Plano de Atendimento Global. A participação dos sujeitos estudantes nas discussões e decisões sobre a implementação da Política na escola ainda é incipiente e a integração do currículo do Ensino Médio ainda é um desafio do ProEMI; verificou-se que o suporte financeiro do Programa é imprescindível para a escola, mas não o suficiente para a indução da mudança curricular desejada.

Palavras-chave: Ensino Médio. Programa Ensino Médio Inovador. Financiamento. Redesenho Curricular.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Políticas para o trabalho docente e as condições de qualidade: um estudo de nove casos

Autora: Caroline Gomes das Neves

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Dragone Silveira

O presente trabalho procura analisar as condições docente dos Estados de Sergipe, Minas Gerais e Paraná, das respectivas capitais e dos municípios de Ilha das Flores, Cataguases e Marmeleiro, especificamente no que se refere ao Índice de Condições do Professor (ICP), no Ensino Fundamental – séries iniciais e finais - dos anos 2007 e 2011. O ICP é parte do Índice de Condições de Qualidade (ICQ), criado pelos pesquisadores do Núcleo de Políticas Educacionais (NUPE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), observando as variáveis: salário, escolaridade, situação trabalhista e experiência. Este trabalho de pesquisa coteja o ICP dos casos analisados, com as políticas desenvolvidas pelos mesmos, a partir de análise documental e entrevistas. O estudo permite verificar como a valorização docente tem conquistado elementos importantes para a condição docente, mas que é preciso muito trabalho para uma efetiva valorização, a fim melhorar a qualidade educacional, dada a importância do professor para a aprendizagem efetiva. Sendo assim o trabalho insere-se na investigação sobre como as políticas docentes tem influenciado o ICP, pois entende-se que professor quando conquistado sua situação trabalhista através de concurso público, alicerçado em um Plano de Carreira que contemple sua formação e sua contínua formação como elemento de progressão e melhorias salariais, bem como respeito a legislação que determina o Piso Salarial Nacional, terá satisfação em permanecer na carreira, desencadeando um melhor trabalho junto a comunidade escolar que atua.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Condições de Qualidade; Condição docente.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**Judicialização da política do corte etário para o ingresso no ensino fundamental no Paraná****Autora: Katherine Finn Zander****Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)****Orientadora: Profa. Dra. Adriana Dragone Silveira**

Com a promulgação das leis 11.114/05 e 11.274/06 o ensino fundamental passou a ser obrigatório para as crianças com 6 anos de idade, aumentando 1 ano nesta etapa do ensino obrigatório e, portanto, totalizando 9 anos de duração. Segundo o Ministério de Educação, essa mudança tinha como intuito a ampliação do direito à educação, especialmente para crianças excluídas da escola pela não obrigatoriedade ou pela não existência de vagas suficientes na pré-escola. Com esta alteração, foi delegada aos sistemas de ensino autonomia para definir uma data de corte etário para o ingresso no ensino fundamental. No Paraná, o educando deveria completar 6 anos até 1º de março do ano letivo, fato este que ocasionou descontentamento por parte dos familiares, instituições privadas e Ministério Público, que ingressaram com ações judiciais, as quais obtiveram provimento, com raras exceções. Entretanto, ocorre que essas decisões vão em sentido contrário ao que foi proposto pelo legislativo e executivo federal. E desta incongruência, entre o que foi proposto em lei com regulamentações pelos conselhos de educação e o que foi decidido pelo Poder Judiciário, parte o objetivo geral deste trabalho: compreender o processo de judicialização da política de corte etário para o ingresso no ensino fundamental paranaense. Disto posto, elencam-se aqui os objetivos específicos: i) mapear os documentos jurídicos sobre o tema, como leis, ações no TJ/PR, ações coletivas no Brasil, decisões das Cortes Superiores e regulamentações dos conselhos nacional e paranaense de educação, bem como seus princípios norteadores. ii) compreender como o questionamento judicial de tal política se associa com as competências normativas estabelecidas para os conselhos de educação. iii) averiguar a necessidade do corte etário aos 6 anos de idade, como também a necessidade de uma data-corte nacional. iv) apurar a qual entidade compete a normatização de tal corte etário e a quem caberia o papel de articular essa política entre os entes federativos efetivando o regime colaborativo. Para responder a esses objetivos, destacam-se duas categorias de análise principais para o recorte deste trabalho: a investigação do fenômeno da judicialização da educação, enquanto política pública e a relação entre a autonomia e a articulação dos conselhos de educação. Partindo disso, chegou-se no entendimento de que 63% das demandas judiciais eram de crianças provenientes da rede privada. Dessa forma, pode-se inferir que a judicialização da educação nesse caso adveio de um sujeito o qual o legislador não previu como destinatário principal. Por fim, verificou-se que a competência para regulamentar o corte etário é dos conselhos de educação, cada qual o seu sistema de ensino. E no intuito de articular tal política entre os sistemas, alvejando o cumprimento do regime de colaboração, nota-se o papel do CNE que deve buscar o equilíbrio entre a discricionariedade administrativa dos entes e a harmonia entre os sistemas para a consolidação do Sistema Nacional de Educação.

Palavras-Chave: Ensino fundamental de nove anos de duração; Judicialização da educação; Autonomia e articulação dos conselhos de educação.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

O perfil dos professores do campo no estado do Acre: uma análise das políticas de formação docente (2007-2013) e das desigualdades nas condições de trabalho

Autora: Adriana Ramos dos Santos

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia

Esta tese objetiva avaliar as políticas de formação dos professores no estado do Acre e seu alcance na constituição do perfil dos docentes da educação básica do campo, a fim de investigar se estas estão contribuindo para reduzir os efeitos das desigualdades e propiciar condições de mais equidade no cenário educacional do campo. Nesse sentido, delineou-se o perfil dos professores do campo a partir das políticas de formação docente implementadas no estado do Acre no período de 2007 a 2013, analisando em que medida essas políticas impactaram a constituição dos perfis dos profissionais da educação básica do campo. Para a avaliação das políticas de formação, elaborou-se uma matriz de avaliação com indicadores que possibilitaram a constituição de unidades de análises referentes ao perfil dos docentes do campo no Acre e com as categorias que permeiam a discussão teórica deste trabalho: desigualdade, igualdade e equidade. A matriz de avaliação foi elaborada a partir do aporte teórico-metodológico presente na literatura de avaliação de políticas (ARRETCHÉ, 2009; DRAIBE, 2001; STAKE, 1982). As categorias teóricas utilizadas para análise dos dados consistiram na discussão da desigualdade/igualdade e da equidade (ARROYO, 2010, 2012; BOBBIO, 1996; FITOUSSI e ROSANVALLON, 1997; FRISCHEISEN, 2007; SOUZA, 2006). A escolha intencional dessas categorias se justifica por sua presença forte nas políticas educacionais, apresentando-se como forma de enfrentar situações e tensões sociais e políticas vindas dos movimentos sociais e sindicais, como, também, para minorar situações de desigualdade. A pesquisa utilizou dados quantitativos e qualitativos e procedimentos metodológicos variados: a análise documental que passa pela LBD 9.394/96, as resoluções do Conselho Nacional da Educação que definem diretrizes para a carreira do magistério, Lei do Piso do Magistério, o PNE e as legislações estaduais que regulamentam a carreira dos professores no Acre. O questionário foi aplicado junto aos professores da rede estadual do campo no Acre e a entrevista semiestruturada realizada com a representante da Secretaria de Educação. O estudo evidenciou fortes desigualdades quando se comparou a situação formativa e profissional dos professores do campo e da cidade. A remuneração, o nível de formação e a vinculação profissional são inferiores a dos professores que atuam na cidade, além disso, as condições de trabalho desses professores são precárias, pois estes convivem com sobrecarga de trabalho, falta de apoio pedagógico, alta rotatividade e dificuldades de acesso às escolas. Essa realidade dificulta a fixação do professor no campo e vem se constituindo em um grande desafio para a gestão estadual. O perfil dos professores do Acre sinalizou que a valorização dos professores acreanos está consubstanciada na política de formação e vem elevando a titulação dos professores do campo, contudo, estas vêm sendo planejadas e executadas de forma isolada e desarticuladas de outras categorias que são fundamentais para a valorização docente. A política de formação só será capaz de reduzir os efeitos das desigualdades e promover maior equidade quando for integrada à estruturação da carreira docente, à política salarial que assegure a dignidade do professor e à garantia de condições adequadas de trabalho no campo, pois, sem essas condições, essas políticas de caráter emergencial acabam se tornando permanentes, na medida em que continuarão faltando professores qualificados no campo porque o problema da valorização persiste.

Palavras-chave: Desigualdades. Educação do campo. Formação de Professores. Perfil Docente. Políticas Educacionais.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Trabalho docente e inovação: a perspectiva da OCDE para as políticas educacionais

Autora: Cintia Ribeiro Veloso Da Silva

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Rose Meri Trojan

O propósito central desta tese é apresentar uma análise das políticas educacionais que tratam da inovação no trabalho docente, determinadas pela governança global, especialmente na perspectiva da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para tanto, foram considerados os aspectos constitutivos do atual estágio do capitalismo e da globalização, a fim de analisar histórica e conceitualmente a consolidação da inovação como mecanismo econômico fundamental no meio produtivo e da hegemonia da OCDE na governança educacional global. Do ponto de vista do materialismo histórico, avaliou-se o modo como as políticas educacionais para o trabalho docente foram afetadas pela governança global e como a OCDE afirma a inovação para o trabalho docente por meio de seus inúmeros materiais publicados voltados para a educação. Este tema foi ponderado segundo os parâmetros definidos no documento *Measuring innovation in education: a new perspective*, da OCDE (2014): estilo e práticas de ensino; organização de salas de aula; uso de material e livro didático; métodos de avaliação dos alunos; uso e disponibilidade de computadores e da internet em sala de aula; oferta de educação especial; colaboração entre professores; mecanismos de *feedback*, avaliação e contratação docente; práticas escolares de relação com os pais. Por fim, os parâmetros acima foram analisados no contexto das políticas brasileiras para o trabalho docente, especificamente às que estão relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Adotou-se o método da educação comparada, considerando que as pesquisas sobre os sistemas e as políticas educacionais não podem ser desenvolvidas sem contemplar as diversas formas pelas quais a globalização repercute na educação (CASTELLANI e BONAL, 2011) e a existência de uma *Agenda Globalmente Estruturada para a Educação*. Como instrumento, utilizou-se a *análise dos mecanismos de efeitos externos*, proposta por Roger Dale (1999; 2004; 2007), a fim de compreender os efeitos das políticas globais estabelecidas por organizações internacionais nos sistemas nacionais de educação. No que diz respeito às políticas educacionais brasileiras, considerou-se que os efeitos das recomendações da OCDE sobre inovação no trabalho docente ocorrem, principalmente, por meio do mecanismo de *disseminação*. Deste modo, analisando as ações e políticas do governo nacional, foram encontradas algumas características das políticas globais para a inovação do trabalho docente, segundo os parâmetros estabelecidos pela OCDE.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação Comparada; Trabalho docente; Inovação; Globalização; OCDE; PNE.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Uma avaliação do efeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) nos municípios do estado do Paraná nos anos de 2007 a 2014

Aluna: Andrea Polena

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia

Este trabalho tem o objetivo de verificar os efeitos provocados pela implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no atendimento da educação básica, nos municípios do estado do Paraná, em relação à ampliação da oferta e repasse de recursos entre os anos de 2007 a 2014. Parte-se de dois pressupostos: o primeiro de que o FUNDEB, por ampliar o repasse às demais etapas e modalidades da educação básica, antes não contemplada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e manter a condicionalidade do repasse de recursos de acordo com a oferta de matrículas, pode ter estimulado os municípios ampliarem a oferta na educação básica. O segundo, de que o porte dos municípios pode ser um fator interveniente na redistribuição dos recursos do FUNDEB. Dessa forma, foram utilizados artigos de conceituados autores, como Carlos Roberto Jamil Cury, Romualdo Portela de Oliveira, Paulo de Sena Martins, Raimundo Luiz Silva Araújo, José Marcelino de Rezende Pinto, dentre outros. Para levantamento de dados de oferta e taxa de atendimento foram utilizados os arquivos de Turmas do Censo Escolar de 2007 a 2014 e dados do Censo Populacional de 2010. Para os recursos financeiros foram utilizadas as seguintes fontes: Finanças do Brasil (FINBRA) para os anos de 2007 a 2012, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) para o ano de 2013 e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos (SIOPE) para o ano de 2014. A oferta foi analisada a partir da dependência administrativa por etapa e modalidade, além de localização (urbana e rural) e regime de atendimento (parcial e integral). Os resultados apresentaram o aumento da oferta na educação infantil enquanto as outras etapas, em geral, apresentaram decréscimo. Na esfera privada, buscou-se observar o comportamento das matrículas das escolas conveniadas com o poder público e verificou-se que, no Paraná, as matrículas desse tipo diminuíram. Os dados financeiros foram analisados a partir da distribuição dos recursos por esfera administrativa e verificou-se que o estado recebe 53,65%, enquanto o conjunto de municípios recebe 46,35%. Posteriormente, foram feitas análises do Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL) e procurou-se identificar o perfil dos municípios que perdem recursos. Verificou-se que 52,4% dos municípios paranaenses possuem RL negativo, sendo que 96,65% dos municípios que perdem recursos estão na faixa de até 20.000 habitantes. Quanto à oferta de Educação Infantil destes municípios 31,1% possuem atendimento insuficiente, isto é abaixo de 25% de taxa de atendimento na creche e abaixo de 50% na pré-escola.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Transferências constitucionais; Educação Básica.